



# O Emprego do Regimento de Reconhecimento durante a Operação Conjunta de Entrada Forçada

Cap Mike Mobbs, Exército dos EUA



(S1 Jamie Nicley, Força Aérea dos EUA)

Militares do regimento de reconhecimento da 173ª Brigada de Combate Aeroterrestre saltam de paraquedas de uma aeronave C-17 *Globemaster III* no Campo de Teste e Treinamento de Nevada, Base Aérea de Nellis, 18 Nov 09.

Pode-se dizer que não existe maior emprego dos recursos militares norte-americanos do que a invasão de um país soberano. Conhecida como *joint forcible entry*, ou “operação conjunta de entrada forçada”, visa a “conquistar e manter áreas designadas em uma área de operações hostil ou potencialmente hostil contra oposição armada”<sup>1</sup>, que podem consistir em uma cabeça de praia, um campo de pouso ou qualquer outro local que permita “o desembarque contínuo de tropas e material” e que forneça “espaço de manobra para operações subsequentes”<sup>2</sup>.

Existem diferentes métodos para desembarcar a força de invasão — desembarque anfíbio, assalto aéreo, assalto terrestre ou assalto aeroterrestre —, os quais podem ser utilizados em diversas combinações, conforme a situação exigir. Dentre essas opções, apenas o assalto aeroterrestre confere à Autoridade de Comando Nacional a capacidade de transportar um batalhão do solo norte-americano para qualquer lugar do mundo em um espaço de 18 horas — ou uma brigada de combate (*brigade combat team* — *BCT*) em 96 horas.

A relevância das unidades aeroterrestres foi questionada no livro de Marc R. Devore, Ph.D., publicado

em 2015, *When Failure Thrives: Institutions and the Evolution of Postwar Airborne Forces* (“Quando o Fracasso Prospera: Instituições e a Evolução das Forças Aeroterrestres Pós-Guerra”, em tradução livre) Devore assevera que as forças aeroterrestres dos Estados Unidos da América (EUA) deixaram de ser relevantes; que não é prático empregá-las contra um adversário com capacidades quase equiparadas; e que o custo de manter essa capacidade não vale os benefícios<sup>3</sup>.

Não busco argumentar diretamente contra o estudo de Devore, e sim mostrar que as unidades aeroterrestres podem ser relevantes, se empregarem uma nova forma de conduzir o assalto aeroterrestre como parte de uma operação de entrada forçada. Devore afirma que a “capacidade de uma organização para inovar depende de sua disposição para dismantelar ou abandonar elementos de sua estrutura e procedimentos operacionais existentes”, e estou de acordo quanto a esse ponto<sup>4</sup>. Para tornar o assalto aeroterrestre mais relevante, precisamos abandonar os procedimentos existentes e adotar um modo novo e efetivo de empregar o regimento de reconhecimento orgânico da brigada aeroterrestre durante a operação conjunta de entrada forçada.

## Efetividade do Assalto Aeroterrestre

Como componente terrestre de uma força-tarefa conjunta responsável pela condução da entrada forçada, a 82ª Divisão Aeroterrestre é encarregada da elaboração de procedimentos para o assalto aeroterrestre e seu adestramento. Infelizmente, o modo pelo qual a 82ª Divisão Aeroterrestre planeja, ensaia e se adestra para o assalto aeroterrestre está ultrapassado. O padrão segundo o qual as cinco brigadas aeroterrestres do Exército dos EUA conduzem um assalto aeroterrestre não utiliza o pleno potencial do regimento de reconhecimento orgânico da BCT<sup>5</sup>.

Por exemplo, quando da redação deste artigo, um plano de operações (P Op) elaborado pela Seção de Planejamento do Estado-Maior da 82ª Divisão Aeroterrestre e utilizado como modelo de planejamento e adestramento para o assalto aeroterrestre no escalão brigada havia colocado o regimento de reconhecimento em uma posição defensiva durante a maior parte da operação<sup>6</sup>. O atual “Procedimento Operacional Padrão de Conquista de Campo de Pouso da 82ª Divisão Aeroterrestre,” proveniente desse P Op e de outros documentos institucionais, nem chega a mencionar o regimento de reconhecimento<sup>7</sup>. Felizmente, essas deficiências representam uma oportunidade não só para atualizar procedimentos operacionais padrão (POP), planos e diretrizes de adestramento, como também para retomar o difícil problema de como integrar, completamente, o regimento de reconhecimento no combate conjunto durante uma operação de entrada forçada.

Segundo a atual prática, o regimento de reconhecimento conduz um assalto aeroterrestre sem a maior parte de suas viaturas — isto é, durante a fase de assalto de uma entrada forçada. O regimento conta com a chegada posterior dessas viaturas, em plataformas de lançamento de material pesado com paraquedas ou em aeronaves que pousem depois que uma cabeça de ponte aérea for conquistada. Considerando que a organização por tarefas do regimento baseia-se em dois esquadrões embarcados e um esquadrão de reconhecimento a pé, dois terços de seu poder de combate ficam, em essência, indisponíveis durante as operações de combate iniciais. Essa prática priva o comandante das forças terrestres de um meio ímpar. Por sua própria estrutura, o regimento de reconhecimento pode, rapidamente, explorar uma

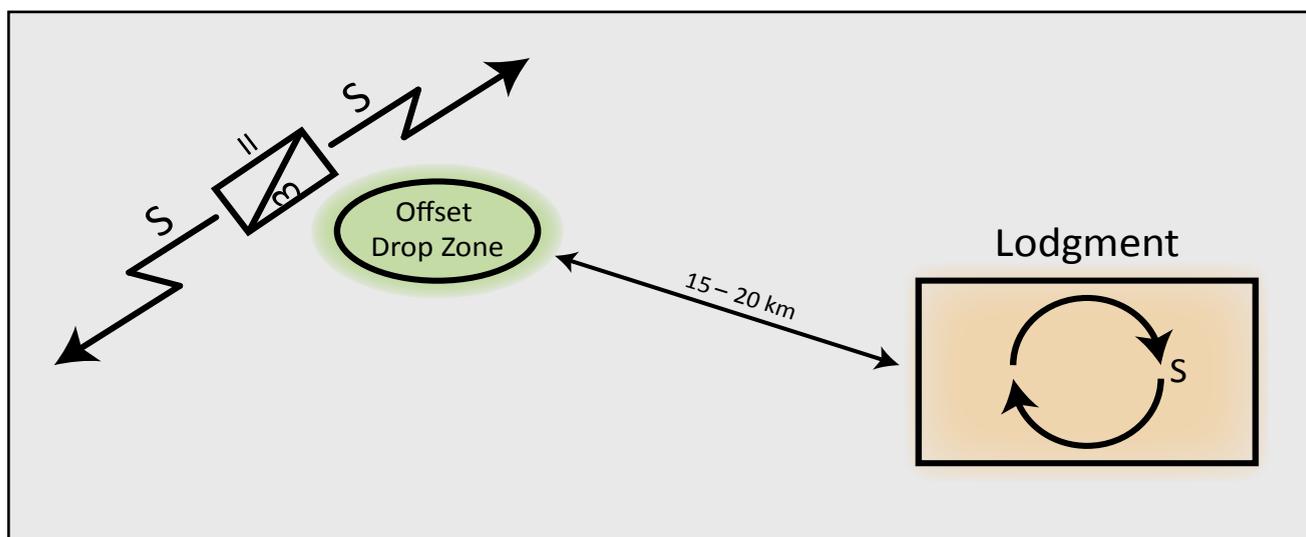
área maior que um batalhão de infantaria e prover uma vigilância mais prolongada a partir de uma perspectiva terrestre que os modernos veículos aéreos não tripulados. Apesar dessas capacidades especiais, durante a entrada forçada, o regimento de reconhecimento é, normalmente, incumbido de isolar parte da área do objetivo enquanto os batalhões de infantaria a conquistam e limpam. Essa é uma tarefa para a qual o regimento de reconhecimento é inadequado.

Em essência, o regimento de reconhecimento é tratado como se sua organização por tarefas fosse a mesma que a de um batalhão de infantaria, possuindo capacidades e limitações semelhantes<sup>8</sup>. Isso gera consequências negativas para as operações, porque “quando as unidades de reconhecimento são designadas para missões de combate aproximado ou se engajam decisivamente em combate, o *reconhecimento cessa*. Quando o reconhecimento cessa, perde-se o potencial para alcançar e explorar o domínio das informações”<sup>9</sup>.

## Melhor Organização

Antes de as BCT serem realinhadas para incorporar mais um batalhão de manobra, seus comandantes tinham de limitar o emprego do regimento de reconhecimento. Isso era necessário porque as BCT não dispunham de capacidade e recursos suficientes para conduzir uma operação de entrada forçada enquanto empregassem o regimento de reconhecimento na função originalmente pretendida. Esse já não é mais o caso. Com o acréscimo de um terceiro batalhão de infantaria a cada BCT, como parte da concepção da Força “Army 2020”, os comandantes ficam aptos a empregar o regimento de reconhecimento de novas maneiras<sup>10</sup>. O aumento em poder de combate de dois para três batalhões de infantaria requer uma mudança fundamental do modo pelo qual o regimento de reconhecimento é empregado durante a operação de entrada forçada.

Um estado-maior conjunto normalmente conduz a operação de entrada forçada em cinco fases: preparação e desdobramento, assalto, estabilização da área do objetivo conquistada, introdução das forças de acompanhamento e término ou transição<sup>11</sup>. Segundo a Publicação Conjunta 3-18, *Operações Conjuntas de Entrada Forçada (JP 3-18, Joint Forcible Entry Operations)*, as operações de vigilância e as operações de reconhecimento, além de outras operações de apoio, são “fundamentais para estabelecer as condições para o êxito operacional



**Figura – Operação Conjunta de Entrada Forçada por Assalto Aeroterrestre, com Introdução do Regimento de Reconhecimento em uma Zona de Lançamento Destacada para Criar uma Linha de Cobertura.**

da entrada forçada,” e esses “facilitadores devem ser integrados na operação em todos os estágios, desde o planejamento inicial até a transição”<sup>12</sup>. Uma consideração importante com respeito à preparação e ao planejamento do desdobramento não consiste em “se”, mas em “como” melhor empregar o regimento de reconhecimento dentro das limitações de suas capacidades, ao mesmo tempo que se aceita um nível adequado de risco.

### Gerenciamento de Risco

Em qualquer operação de combate, um comandante precisa identificar e avaliar os perigos; desenvolver controles e tomar decisões sobre os riscos; implementar controles; e supervisionar e avaliar. Conquistar uma área designada em território hostil apresenta vários perigos, especialmente a expectativa de resistência armada. Até mesmo durante as invasões de Granada, em 1983, e do Panamá, em 1989, que Devore descreve como tendo sido contra “adversários mal aparelhados e mal organizados”, as tropas de assalto aeroterrestre enfrentaram canhões antiaéreos de 23 mm (conhecidos por ZSU-23-2) e metralhadoras calibre .50 — armas capazes de constituir uma significativa ameaça a aeronaves e a efetivos no terreno<sup>13</sup>. A lição aprendida é que, mesmo quando conduzirem uma operação de entrada forçada contra uma força não equiparada, os comandantes devem evitar as “defesas inimigas, na medida do possível”<sup>14</sup>. Segundo a JP 3-18:

O General de Brigada Alexander A. Vandergrift, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, expressou claramente esse ponto de vista [de evitar as defesas inimigas] em sua análise de 1943 sobre as operações nas Ilhas Salomão. Observou que uma comparação dos diferentes desembarques leva à inevitável conclusão de que não se deve empreendê-los diante de uma resistência organizada, caso seja possível, por qualquer combinação de marcha ou manobra, desembarcar sem oposição perto do objetivo<sup>15</sup>.

O regimento de reconhecimento fornece Inteligência em tempo real sobre a composição, disposição e efetivo do inimigo. Dessa forma, aumenta a capacidade do comandante para evitar concentrações de forças inimigas.

Enquanto os batalhões de infantaria são organizados, equipados e adestrados para o combate aproximado necessário para controlar uma área designada e prepará-la para as forças de acompanhamento, o regimento de reconhecimento é concebido para operar dentro e atrás das linhas inimigas sem se engajar decisivamente em combate. Durante a fase de assalto, os batalhões de infantaria estarão, por necessidade, focalizados no terreno. Por outro lado, um regimento de reconhecimento não se ocupará de controlar terreno, e sim de fornecer informações oportunas e precisas ao

comandante da força conjunta. Para isso, enquanto a força de assalto principal se concentra na área designada, o regimento de reconhecimento pode introduzir-se, simultaneamente, em uma zona de lançamento destacada\*, fora da área do objetivo propriamente dita.

Essa linha de ação, representada graficamente na figura, exigiria dois assaltos aeroterrestres coordenados. A operação de entrada forçada “pode incluir a junção e a exploração por manobra terrestre a partir de um local separado”, uma opção que oferece alguns benefícios ao comandante das forças terrestres<sup>16</sup>. Ao inserir o regimento de reconhecimento em uma zona de lançamento separada, o comandante da força conjunta o capacita a desenvolver a situação fora da área do objetivo, de modo que a força conjunta possa obter efeitos significativos contra as tropas inimigas.

[\*Zona de lançamento situada a certa distância do ponto decisivo da operação. Na figura, a distância indicada é de 15 a 20 km. — N. do T.]



(Cb L'Erin Wynn, 49º Dst Com Soc)

Paraquedistas da 82ª Divisão Aeroterrestre estabelecem a segurança durante ensaio para um exercício de tiro real em preparação para o Exercício de Acesso de Operações Conjuntas Combinadas 16-01, Forte Bragg, Carolina do Norte, 26 Out 15.

Como um regimento de reconhecimento pode operar de modo independente das ações sendo conduzidas na área do objetivo, o inimigo pode se sentir forçado a desviar parte de sua “atenção e esforço dos verdadeiros objetivos do assalto”<sup>17</sup>. O inimigo seria, então, obrigado a escolher entre concentrar o poder de combate contra a conquista da área designada e enfrentar a possibilidade de que uma outra área esteja sendo criada pelo assalto do regimento em uma zona de lançamento destacada — terreno esse que o regimento nunca pretenderia manter. O resultado seria que o inimigo não seria capaz de “concentrar uma força decisiva para repelir os assaltos da força conjunta”<sup>18</sup>. Enquanto o inimigo buscasse fixar e destruir o regimento de reconhecimento — uma tarefa desafiadora em virtude de sua estrutura —, ele continuaria a fornecer informações oportunas sobre as manobras inimigas sem se engajar decisivamente em combate.

## Domínio das Informações

É durante a fase de assalto que o domínio das informações se faz mais essencial para o processo decisório de um comandante. Como a força conjunta é mais vulnerável durante essa fase, “indicações e alertas efetivos, apoio na seleção de alvos e gestão da busca de informações dos meios de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR), para acompanhar a reação do inimigo ao assalto e a proteção da força, são preocupações vitais”<sup>19</sup>. Embora representem riscos consideráveis durante a fase mais crucial da operação, essas preocupações também podem ser mitigadas por meio do emprego do regimento de reconhecimento de forma coerente com a doutrina do Exército e a doutrina conjunta. Quando devidamente empregadas, as “operações de reconhecimento do regimento produzem excelentes resultados nas áreas de localização, disposição e



(Foto de Baz Ratner, Reuters)

Militares da 82ª Divisão Aeroterrestre disparam morteiro durante troca de fogos com as forças talibãs, Distrito de Zhary, Província de Kandahar, Afeganistão, 18 Abr 12.

composição da ameaça, alerta antecipado, proteção e avaliação dos efeitos”<sup>20</sup>. As operações de reconhecimento têm o efeito direto de possibilitar que os comandantes aceitem ou iniciem o combate no momento e local de sua escolha, mantendo, assim, a liberdade de manobra e iniciativa da BCT durante as cruciais fases iniciais do assalto aeroterrestre<sup>21</sup>.

Durante a fase de assalto, a principal força de assalto — composta de três batalhões de infantaria, engenheiros, um batalhão de fogos e um nó de Comando de Missão — pode aproximar-se da área visada enquanto o regimento de reconhecimento se dirige a uma zona de lançamento secundária. Embora a força de assalto deva concentrar o poder de fogo na área do objetivo, o regimento de reconhecimento não está restrito a um único terreno. Ao contrário, pode aproveitar sua superior manobrabilidade para localizar e enviar informações sobre o inimigo, ao mesmo tempo que evita o engajamento direto. Qualquer área que possa receber vários lançamentos de material pesado e até 500 paraquedistas será adequada como zona de lançamento secundária,

podendo ser conquistada e marcada pelas forças de operações especiais que precedem uma operação de entrada forçada. Quando a principal força de assalto desembarcar na área do objetivo, seu combate terá início; ela se empenhará em abrir uma cabeça de ponte aérea e prevenir que o inimigo impeça desembarques aéreos.

Enquanto isso, o regimento de reconhecimento não se ocupa de manter terreno, e sim de localizar e, se necessário, fixas forças inimigas que busquem influenciar as ações amigas sobre a área do objetivo. Após a aterragem, os dois esquadrões embarcados se encaminham para suas viaturas — introduzidas por lançamento de material pesado momentos antes de os paraquedistas deixarem suas aeronaves — e começam a dispersar rapidamente. Ampliam a zona de segurança ao redor da área do objetivo, estabelecem linhas de cobertura, fornecem guiamento terminal para o poder aéreo, avaliam efeitos e efetuam ajustes para a artilharia. Os esquadrões embarcados, trabalhando em conjunto com meios de IVR aéreos, proveem informações em tempo real sobre as localizações, composição e

disposição do inimigo, assim como alertas antecipados sobre as reações inimigas a forças amigas.

Simultaneamente, o esquadrão desembarcado se dirige a objetivos designados como secundários para a força de assalto principal. O esquadrão desembarcado observa e informa a respeito desses objetivos e permanece disponível para ser redesignado, pelo comandante, para observar áreas de interesse designadas ou almejadas. Os grupos de reconhecimento individuais do esquadrão desembarcado fornecem imagens e vídeos de movimento total a partir de uma perspectiva terrestre ao comandante e estado-maior da força conjunta. Isso os capacita a priorizar alvos e facilita uma transferência de alvos junto aos exploradores do batalhão, conforme os batalhões de infantaria ampliam a área conquistada e voltam seu foco a seus objetivos secundários. Após se juntarem aos grupos de reconhecimento desembarcados, os exploradores conduzem os batalhões de infantaria aos seus objetivos secundários, enquanto o esquadrão desembarcado avança dentro da zona de segurança.

## Reconhecimento Sincronizado

Durante a fase de assalto e as fases subsequentes, o comandante do regimento sincroniza suas forças de manobra com meios de IVR externos à BCT, comunicando prioridades e certificando-se de que os requisitos de Inteligência prioritários do comandante da força conjunta sejam atendidos por fase, colaborando com o oficial de Inteligência da brigada para analisar a atividade do inimigo e ajustando os meios de reconhecimento conforme o necessário. A sustentação é facilitada pelo nó de Comando de Missão do regimento. O regimento talvez precise permanecer autossuficiente por um período de, no mínimo, 48 a 72 horas, ou até que a força de assalto controle a área do objetivo e efetue o ressuprimento por aeronaves. Depois que a sustentação for estabelecida na cabeça de ponte aérea, o ressuprimento pode chegar ao regimento de reconhecimento por meio de ressuprimento aéreo de baixo custo e baixa altura<sup>22</sup>.

O comandante da força conjunta assumirá um risco ao empregar o regimento de reconhecimento dessa forma. Os dois esquadrões embarcados e o esquadrão desembarcado operarão, possivelmente, fora do alcance do apoio de fogo indireto do campo de pouso ou helicópteros armados navais. Quando

os esquadrões embarcados estiverem estabelecendo linhas de cobertura e ampliando a zona de segurança e os grupos de reconhecimento a pé estiverem manobrando em terra rumo a seus objetivos, todos poderão se deparar com forças inimigas superiores. Ainda que isso seja um motivo razoável de preocupação, também é um risco que pode ser mitigado por meio do planejamento, preparação e execução. Aceitando que o regimento consiste, primordialmente, em uma força de localização e, possivelmente, de fixação, mas não de destruição, o comandante da força conjunta pode apoiar-se nos morteiros de 120 mm orgânicos do regimento para apoiar tropas de manobra em contato de maneira suficientemente efetiva para permitir-lhes romper o contato e evitar engajar-se decisivamente em combate. Aquilo que ele que não tiver em termos de poder de fogo direto, o regimento pode mitigar com uma superior maneabilidade, comunicações e consciência do campo de batalha.

## O Elemento Humano

Esses conceitos não são novos. Como no caso dos planos mais audaciosos, não é o mero entendimento de um conceito, e sim sua aplicação, o que pode fazer a diferença entre o êxito e o insucesso. Os comandantes obtêm êxito ao explorar as vulnerabilidades do inimigo e obter a iniciativa, capacitados por informações oportunas e exatas, fornecidas pelo regimento de reconhecimento.

Não há dúvida de que a tecnologia continuará sendo um multiplicador de forças durante os conflitos do futuro. Não obstante, o elemento central de qualquer ação militar é o militar no terreno. Em uma era de domínio norte-americano na guerra eletrônica e Inteligência de todas as fontes, é fácil ignorar o valor do elemento humano dentro do regimento de reconhecimento ao considerar os POP ou P Op. Entretanto, o que as imagens de satélite, vídeos aéreos de movimento total ou sensores terrestres nunca poderão reproduzir é a capacidade dos militares no terreno para processar o que veem e escutam, usando sua intuição, experiência e iniciativa. Para utilizarmos esse elemento humano, a forma pela qual planejamos, adestramos e executamos a operação de entrada forçada não requer uma transformação radical de nossa capacidade aeroterrestre, e sim uma abordagem nova e radical em relação a um desafio complexo. ■

O Capitão Mike Mobbs, do Exército dos EUA, cursa, atualmente, o mestrado em História na University of Pennsylvania. Concluiu o bacharelado na Academia Militar dos EUA. Comandou, anteriormente, uma companhia do 2º Batalhão, 504º Regimento de Infantaria Paraquedista, e do 3º Batalhão, 73º Regimento de Cavalaria, ambos da 82ª Divisão Aeroterrestre.

## Referências

1. Joint Publication (JP) 3-18, *Joint Forcible Entry Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 27 November 2012), p. viii.
2. Ibid.
3. Marc R. Devore, *When Failure Thrives: Institutions and the Evolution of Postwar Airborne Forces* (Fort Leavenworth, KS: The Army Press, June 2015).
4. Ibid., p. 1.
5. Field Manual (FM) 3-96 *Brigade Combat Team* (Washington, DC: U.S. GPO, October 2015), 1-3 e fig. 11. Durante uma operação conjunta de entrada forçada por assalto aeroterrestre, uma brigada de combate de infantaria aeroterrestre pode empregar três batalhões de infantaria, um regimento de reconhecimento, um batalhão de artilharia de campanha e um batalhão de apoio.
6. O P Op *Giant*, em suas diferentes versões (utilizadas em 2015, todas obsoletas hoje), descrevia o plano tático para a condução de uma operação de entrada forçada por uma brigada de combate aeroterrestre em um campo de pouso negado. Esse P Op foi o modelo para como cada brigada aeroterrestre na 82ª Divisão Aeroterrestre planejava e se adestrava para a entrada forçada como parte do requisito de "força de resposta global". Dividia as tarefas em *conquistar, limpar, isolar, fogos e apoiar*. Em todas as versões, o plano relegava o regimento de reconhecimento a prover parte da força de isolamento durante o assalto inicial, ainda que não fosse guarnecido nem equipado para repelir um ataque deliberado. Além disso, segundo o P Op *Giant*, a prioridade durante as horas iniciais do assalto era introduzir os paraquedistas no campo de batalha. Consequentemente, as viaturas de reconhecimento que forneceriam poder de fogo e maneabilidade ao regimento foram incluídas no manifesto de embarque de aeronaves designadas para aterrissar horas depois do assalto inicial.
7. 82nd Airborne Division, "82nd Airborne Division Airfield Seizure Standard Operating Procedure" versão de 2015, baseia-se no P Op *Giant III*, entre outras fontes. O POP apresenta uma tarefa e propósito específicos para cada meio de manobra e apoio dentro de uma brigada, com exceção do regimento de reconhecimento. Os únicos meios de reconhecimento mencionados pelo POP são as unidades de vigilância de longo alcance orgânicas do corpo de exército.
8. FM 3-20.96, *Reconnaissance and Cavalry Squadron* (Washington, DC: U.S. GPO, 12 March 2010), 1-3, *login* obrigatório, "A colocação de unidades de reconhecimento dedicadas na força modular leva em consideração suas vulnerabilidades ou capacidades inerentes de combate direto e requer o emprego em conformidade com essas capacidades definidas. Esse entendimento também exige que não sejam empregadas em missões ou papéis para os quais não tenham sido criadas ou aparelhadas".
9. Ibid.
10. Michelle Tan, "The Huge BCT Overhaul", *Army Times*, 2 July 2013, acesso em 22 out. 2015, <http://www.armytimes.com/apps/pbcs.dll/article?AID=/20130702/NEWS/307020002/The-huge-BCT-overhaul>.
11. JP 3-18, p. xi.
12. Ibid., I-5.
13. Marc R. Devore, *When Failure Thrives: Institutions and the Evolution of Postwar Airborne Forces* (Fort Leavenworth, KS: The Army Press, June 2015), p. 61. O ZSU-23-2 é um canhão duplo automático russo projetado nos anos 50, para a defesa contra assaltos aéreos. Devore cita Mark Adkin, *Urgent Fury: The Battle For Grenada* (Lexington: Lexington, 1989), p. 131-39, com respeito aos canhões inimigos utilizados em 1983, em Granada. Em uma entrevista com o autor, em Arlington, no Estado da Virgínia, 27 Dez 15, o Gen Div (Res) Keith Kellogg, do Exército dos EUA, afirmou que as forças inimigas utilizaram o ZSU em 1989, no Panamá.
14. JP 3-18, I-9.
15. Ibid.
16. Ibid., I-8.
17. Ibid., IV-17.
18. Ibid.
19. Ibid., IV-15.
20. FM 3-20.96 *Reconnaissance and Cavalry Squadron*, 1-3.
21. Ibid.
22. Ibid., p. 15.